



A categoria trabalho nos métodos marxiano, durkheimiano e weberiano: metodologia e realidade social moderna

The category of labor in marxian, durkheimian, and weberian methods: methodology and modern social reality

Cesar Sanson 

cesarsanson@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Marcos Antônio da Silva 

marcossilva@ufgd.edu.br

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

 10.52521/opp.v23n2.16325

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 02/02/2026

Aprovação do trabalho: 10/02/2026

Publicação do trabalho: 02/03/2026

Resumo

Este artigo examina a importância da categoria trabalho, evidenciando sua centralidade para a compreensão da sociedade moderna e sua articulação com os métodos de análise dos clássicos da sociologia. Para tanto, discute a centralidade do trabalho na abordagem metodológica marxiana, destacando como esta permite desvendar a dinâmica da sociedade capitalista e suas potencialidades emancipatórias. Em seguida, analisa seu papel no método funcionalista durkheimiano, ressaltando sua contribuição para a constituição da solidariedade e da moralidade que estruturam a convivência social na modernidade. Por fim, investiga-se sua relevância na perspectiva compreensiva weberiana, demonstrando como o trabalho foi decisivo para a formação do ethos capitalista e para a consolidação de uma racionalidade moderna. Diante disto, indica que o trabalho se configura como categoria fundamental para a compreensão da análise e da teoria social dos clássicos, embora tenha relevância e ênfases distintas.

Palavras-chave

Trabalho. Capitalismo. Sociologia. Clássicos.

Abstract

This article examines the importance of the category of labor, highlighting its centrality to understanding modern society and its articulation with the analytical methods of classical sociology. To this end, it discusses the centrality of labor in the Marxist methodological approach, emphasizing how this allows us to unveil the dynamics of capitalist society and its emancipatory potential. Next, it analyzes its role in the Durkheimian functionalist method, highlighting its contribution to the constitution of solidarity and morality that structure social coexistence in modernity. Finally, it investigates its relevance in the Weberian comprehensive perspective, demonstrating how labor was decisive for the formation of the capitalist ethos and for the consolidation of a modern rationality. In light of this, it indicates that labor is a fundamental category for understanding the analysis and social theory of the classics, although it has distinct relevance and emphases.

Keywords

Work. Capitalism. Sociology. Classics.

Introdução

Uma das questões fundamentais que se colocam para a sociologia, desde o seu nascimento e a abordagem dos clássicos, é a forma mais ampla e adequada de interpretar e analisar a realidade humana e social. As teorias sociais que se constroem, desde então, são resultados de esforços que se fazem no sentido de dar uma explicação racional para as estruturas e o funcionamento da sociedade. Neste processo de construção das teorias sociais, umas das principais dimensões refere-se a metodologia que surge como fundamento do construto teórico, ou seja, é ela que estabelece a forma como se irá abordar o objeto do estudo e a realidade social.

A teoria social clássica atribui ao método um papel constitutivo na análise das transformações do capitalismo, entendendo-o como inseparável do objeto investigado e conforme argumentam Swedberg (1998), Giddens (1998) e Domingues (2024) o método não é aplicado de forma mecânica, mas se desenvolve em estreita relação com a dinâmica histórica da sociedade moderna. Assim, a ampliação da compreensão do capitalismo para além da dimensão estritamente econômica, incorporando aspectos culturais, religiosos e institucionais, evidencia essa articulação entre método e realidade social.

Ao enfrentarem uma sociedade em acelerada transformação, os clássicos da sociologia (Marx, Durkheim e Weber) formularam abordagens específicas, ou seja, o materialismo histórico-dialético, o funcionalismo e a sociologia compreensiva, nas quais método e objeto constituem uma unidade indissociável. Essas construções consolidaram-se como matrizes fundamentais da teoria social e permanecem referenciais para interpretar as dinâmicas estruturais, morais e racionais da modernidade e suas transformações contemporâneas.

Estes pensadores estabeleceram seu método de abordagem social em função de um objeto de pesquisa comum: a busca pela interpretação do maior evento da modernidade, o capitalismo. Efetivamente, o tema do capitalismo ocupa posição central em Marx, que foi o primeiro a sistematizar de maneira rigorosa o abalo estrutural provocado pela Revolução Industrial, denominando tais transformações de “modo de produção capitalista”. Entre os clássicos, é ele quem explicita de forma mais direta que esse constitui o objeto privilegiado de sua investigação. Em Durkheim, por sua vez, o foco recai sobretudo sobre a sociedade moderna. Embora não se refira explicitamente ao capitalismo como eixo central de sua análise, torna-se evidente, no conjunto de sua obra, particularmente em “Da Divisão do Trabalho Social”, que suas preocupações dizem respeito às consequências sociais da expansão do capitalismo industrial. Já em Weber, o capitalismo constitui o substrato fundamental de sua re-

flexão, articulando-se ao seu objeto mais amplo de pesquisa: a compreensão da racionalidade ocidental.

Neste sentido, Marx anuncia mais de uma vez que “a moderna produção burguesa é, de fato, o nosso verdadeiro tema” (Marx, 2011, p. 41). Da mesma forma, Weber afirma que o capitalismo é “a mais fatídica potência da nova vida moderna” (Weber, 2020, p. 10) e dedica-se a compreensão desse acontecimento histórico. Por fim, Durkheim também se interessa pelo enigma proposto pela modernidade expandida pelo capitalismo: “Como é que, ao mesmo passo que se torna mais autônomo, o indivíduo depende mais intimamente da sociedade? (...) É este o problema que nos colocamos” (Durkheim, 2019, p. L).

Todos eles viveram a emergência e o primeiro apogeu da Revolução Industrial que foi se espalhando, de forma desigual, por todo o planeta e a partir disto, procuraram de formas e ênfases distintas estudarem a sociedade industrial/capitalista a partir do mundo do trabalho.

Marx, por exemplo, se dá conta de que nessa nova sociedade o trabalho foi elevado à condição de centro organizador da vida individual e coletiva, pois percebe que a Revolução Industrial empurrou todos – homens, mulheres, jovens e crianças – ao trabalho sem tréguas e transformou-se em uma sociedade do trabalho. Dessa forma, na obra *marxiana* o trabalho ocupa um lugar central para desvendar as entranhas da essência do funcionamento do capitalismo, pois como evidencia em sua obra maior, *O Capital*, apontando como o modo produtivo capitalista, organizado heteronomamente a partir do trabalho, esconde os seus dois grandes segredos: a produção do mais-valor e a fetichização da vida social.

A importância que o trabalho assume com o advento da sociedade industrial também é observada por Durkheim. Embora o trabalho não assuma, na obra durkheimiana, a centralidade com que se apresenta em Marx e tenha outra significação, também nele desempenha papel-chave no construto de sua teoria social. Assim, em *Da Divisão do Trabalho Social*, uma das suas mais referenciadas obras, apresenta, ao interpretar a modernidade, naquilo por ele denominado de sociedade da “solidariedade orgânica”, uma sociedade em que a divisão do trabalho social serve não apenas para a fruição da vida material, mas, sobretudo, é a base moral que possibilita a convivência humana.

Por sua vez, em Weber o trabalho assume relevância na medida em que se percebe que este contribui para a resposta da questão mais relevante de sua inquietação intelectual: a compreensão da racionalidade que conforma o capitalismo em sua experiência única no Ocidente. Em um de seus trabalhos mais reconhecidos, “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, este clássico desenvolve uma tese bastante original: a de que o capitalismo é marcado por um “espírito”, um “ethos” originário da Reforma

Protestante que exorta as pessoas ao trabalho acervo, devotado e infatigável como a única forma de alcançar a salvação. Ora, é essa concepção espiritual do trabalho que constitui determinada ética profissional que favorecerá o desenvolvimento do capitalismo ocidental e sua singular racionalidade.

Assim, é possível perceber, a partir do que apontamos acima, que nestes autores o trabalho apresenta-se como categoria relevante para a compreensão da vida social e que, apesar de reconhecer que, a rigor, apenas em Marx o trabalho ocupa centralidade no método de interpretação social, consideramos interessante uma tentativa de perscrutar também o lugar do trabalho no método da teoria social durkhemiana e weberiana, desenvolvendo uma análise comparativa entre os clássicos do pensamento sociológico.

Assim, o objetivo deste artigo, portanto, é interpretar o lugar que a categoria trabalho ocupa nos métodos de interpretação social de Marx, Durkheim e Weber. Para tanto, o texto se organiza em três seções, além desta introdução e da conclusão, que discutem como cada pensador desenvolve sua análise sobre o trabalho e sua articulação com a metodologia para a compreensão da realidade social moderna, finalizando com uma pequena discussão sobre a contribuição e a atualidade de cada abordagem.

O trabalho no método marxiano: capitalismo, exploração e emancipação

Marx ocupou-se de forma esporádica do seu método de investigação social e não se encontra em sua vasta obra uma descrição ou uma redação pormenorizada de princípios e regras para um método de pesquisa, embora dois textos apresentem as linhas gerais de uma metodologia marxiana¹. De toda forma, ao consideramos como pressuposto para a metodologia a clara definição de um objeto de pesquisa e os procedimentos de cercamento a esse objeto, vê-se que este clássico construiu uma metodologia que salta aos olhos e não é exagero afirmar que toda a sua obra está preta desta. Desde seus primeiros escritos, da crítica à filosofia hegeliana à crítica à economia política, vê-se o objeto de pesquisa agigantando-se e revelando coerência e rigor em sua análise.

Neste sentido, ainda muito jovem, trabalhando como jornalista na Gazeta Renana, Marx se inquietava com as severas punições que recebiam os camponeses que furta-vam lenha nas florestas, emergindo disto seu interesse pelas questões econômicas, pois:

Minha área de estudos era a jurisprudência, à qual, todavia, eu não me dediquei senão de um modo acessório, como uma disciplina subordinada relativamente à Filosofia e à História. Em 1842-1843, na qualidade de redator da *Rheinische Zeitung* [Gazeta Renana], encontrei-me, pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de opinar sobre os chamados interesses materiais. Os debates do *Landtag* [Parlamento regional] renano sobre os delitos florestais

1 Reconhece-se que o lugar em que melhor Marx explicitou os contornos do seu método de pesquisa foi na Introdução dos *Grundrisse* (Marx, 2011, p. 39-64) e no Prefácio da “Contribuição à crítica da economia política” (Marx, 2008, p. 45-50).

e o parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o sr. Von Schaper, então governador da província renana, travou com a Gazeta Renana sobre as condições de existência dos camponeses do Mosela, as discussões, por último, sobre o livre-câmbio e o protecionismo proporcionaram-me os primeiros motivos para que eu começasse a me ocupar das questões econômicas (Marx, 2008, p. 46).

A partir disto, pode-se afirmar que as “questões econômicas” nunca mais abandonaram o autor e é em torno delas que ele irá dedicar décadas de pesquisa e análise em busca da compreensão dos macros processos sociais.

Logo, sob a perspectiva metodológica, pode-se apontar que, desde muito jovem, Marx vai construindo o seu método tendo como referência a busca pela compreensão da vida material, alcançando seu objeto de pesquisa definido por: “a moderna produção burguesa, é de fato o nosso verdadeiro tema” (Marx, 2011, p. 41) ou ainda “o objeto nesse caso é, primeiramente, a produção material [...] indivíduos produzindo em sociedade” (Marx, 2011, p. 39). Da mesma forma, no prefácio da obra “Contribuição à crítica da economia política” (1859), revela que:

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas de Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência (Marx, 2008, p. 47).

No mesmo sentido, em sua obra madura, “O Capital”, chega a afirmar que: “o que eu pretendo investigar é o modo de produção capitalista [...] desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna” (Marx, 2017, p. 78-9).

Aí está o objeto de Marx: as “condições materiais de existência”. Esse objeto de estudo é resultado de um longo percurso intelectual que se inicia com seus estudos de filosofia e chegam à economia política. Note-se que ele, desde “A Ideologia Alemã” em que desconstrói o sistema hegeliano de explicação da vida social, já intui que a compreensão da realidade, da vida material, é o ponto de partida para a compreensão de como funciona a sociedade, pois:

Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida real (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Portanto, Marx sinaliza claramente que:

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Encontramos, aqui uma ruptura epistemológica² com o método hegeliano, que dá forma ao método marxiano, algo que também está registrado no prefácio de “O Capital”, quando indica que:

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente o seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autômato, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (Marx, 2017, p. 90).

Metodologicamente Marx deve muito a Hegel, particularmente ao seu “modelo de abstração” e ao construto da “dialética” na elaboração dos seus conceitos. Porém, de posse desse arsenal, desconstruirá os argumentos de explicação da vida societária de Hegel, ou seja, ele vai abandonando este e Feuerbach, sem negar a importância que tiveram em sua formação intelectual, mas apontando que ambos são insuficientes para dar conta das explicações da realidade social, pois:

Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo de pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto (Marx, 2011, p.54-55).

Do mesmo modo, sobre Feuerbach, que contribuiu para “puxá-lo” ao chão ao contestar o lugar da religião no sistema hegeliano, comenta que:

Ele não vê como o mundo sensível capta a ‘verdadeira essência’ das coisas. Ele não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas (Marx e Engels, 2007, p.29).

Como percebemos, a materialidade dos fatos é o que importa para Marx e é esse o objeto central sobre o qual edifica toda a sua argumentação.

Há, porém, outro aspecto relevante presente na metodologia marxiana e que está relacionado ao anterior: o da historicidade. Este clássico foi um estudioso incansável

2 Sempre é necessário certo cuidado quando se fala em ruptura epistemológica de Marx em relação a Hegel, porque ao mesmo tempo em que essa afirmação é possível, é apenas em medida parcial, uma vez que Marx sempre se serviu de Hegel. Essa percepção é confirmada pelo próprio autor, que ora afirma peremptoriamente que rompeu com o método de Hegel, ora – principalmente em cartas a Engels – destaca que tem retomado os escritos de Hegel para melhorar o seu método.

dos acontecimentos históricos, da formação das sociedades e é infatigável e acurado no estudo de como se desenvolve a história da civilização humana e dentro dela suas relações sociais de produção e poder. Contudo, para ele, a história não deve ser interpretada linearmente, como mero encadeamento de fatos que vão explicando e anunciando o devir histórico. Ao contrário, cada momento histórico deve ser explicado e compreendido coetaneamente aos fatos daquele momento.

Assim interessa a ele os estudos dos modos de produção distintos em períodos históricos distintos, não porque eles se sucedem ou porque o modo anterior explica o posterior, mas porque eles ajudam a compreender o que foi determinante para que se constituíssem daquela forma, pois afirma que:

O fato de que a história pré-burguesa, e cada fase sua, também tem a sua *economia* e uma *base econômica* do movimento, 'no fundo', é a simples tautologia de que a vida dos seres humanos desde sempre esteve baseada na produção, de uma ou outra maneira, na produção *social*, cujas relações chamamos justamente de relações econômicas (Marx, 2011, p. 400-401).

Assim, para Marx interessa, nos processos históricos, a interpretação das categorias econômicas, particularmente, das forças produtivas, porque são elas que auxiliam na compreensão de como se constituíram os modos de produção de distintos períodos históricos e são elas a mediação hermenêutica para o olhar contemporâneo.

Desta maneira, ele inverte o raciocínio de que as fases anteriores da história explicam as posteriores. Ao contrário, paradoxalmente, o presente é que auxilia na compreensão das sociedades anteriores, particularmente, na análise das categorias econômicas em seu interior. É a ideia do mais complexo para o mais simples, em que os modelos societários mais complexos ajudam na compreensão dos modelos societários mais simples, pois:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedades desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte das quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte[que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco (Marx, 2011, p. 58).

Do mesmo modo, comenta sobre a escravidão:

A escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito etc. Sem a escravidão, não teríamos o algodão; sem o algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão deu valor às colônias, as colônias criaram o comércio universal, o comércio universal é a condição da grande indústria. Assim, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância (Marx; Engels, 2007, p. 103).

O que se depreende daí é que a categoria escravidão é ainda mais compreensível quando se toma como referência o modo produtivo da sociedade capitalista; não apenas a gênese dela se torna ainda mais clara, mas também a forma que assume no tempo presente que é distinta da forma anterior. Sendo assim, podemos apontar que, em Marx, a análise diacrônica deve ser conjugada com a análise sincrônica, conforme indica Netto (2011).

Esse método particular de olhar a história é interessante porque não é determinista. Modos históricos de produção, de organização social são produtos dos contextos históricos das sociedades do respectivo período e, quando eles se “reproduzem”, alteram-se porque se alteram as forças produtivas da sociedade. Reside nisso o interesse deste clássico pela evolução das forças produtivas para compreender o patamar dessas mudanças auxilia na compreensão da sociedade que se produz, pois:

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção, e com isso, todas as relações sociais. (...) Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas (...) Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar (...) Os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com outros homens (Marx; Engels, 2010, p. 43).

Da mesma forma, em sua obra máxima aponta que:

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção e, ao mudar o modo de produção, a maneira de ganhar a vida, eles mudarão as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor nos dá a sociedade com o capitalista industrial (Marx, 2017, p. 102).

Essa “dica” metodológica é da maior importância para quem quer compreender a sociedade hoje. Isto porque a utilização das categorias da sociedade industrial dos séculos XVIII e XIX são insuficientes para a compreensão das revoluções produtivas posteriores e suas inflexões na sociedade. Porém, as categorias analíticas da sociedade à época de Marx permanecem, com a adequada hermenêutica, válida para se entender o hoje.

Outro conceito importante para a compreensão do método deste clássico, e sua reflexão sobre o trabalho, é o da abstração. O conceito é tomado “emprestado” de Hegel, pois todo o sistema hegeliano é construído a partir de abstrações, da totalidade para a singularidade e ele adota esse modelo em suas análises. Neste sentido, a abstração:

É a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; [...] A abstração possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as determinações mais concretas, até atingir as ‘determinações mais simples’ (Netto, 2011, p. 44).

Sendo assim, interessa a Marx o concreto, mas o concreto não está dado muitas vezes e é necessário abstrai-lo de um sistema maior, de uma totalidade, pois como indica Althusser em uma introdução ao autor:

A abstração é justamente o fato de ele designar uma realidade concreta que existe realmente, mas que não podemos 'tocar com as mãos' ou 'ver com os olhos'. Todo conceito abstrato fornece, portanto, o conhecimento de uma realidade cuja existência ele revela: conceito abstrato quer dizer, então, fórmula aparentemente abstrata, mas, na realidade, terrivelmente concreta pelo objeto que designa (Marx, 2017, p. 22).

É dessa forma que ele, por exemplo, chega ao conceito de “trabalho abstrato” para explicar o trabalho concreto como produtor da mais-valia ou quando fala em “trabalho socialmente necessário” ou, ainda, quando parte da totalidade da produção que reúne circulação, troca e consumo para se chegar ao concreto, ao trabalho, à essência que faz compreender a totalidade, pois:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade na diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (Marx, 2011, p. 54).

Dessa forma, a abstração é um recurso metodológico largamente utilizado por este clássico para construir os seus argumentos.

A partir disto, podemos retomar o lugar que o trabalho ocupa no método marxiano. Neste sentido, muito já se analisou que Marx inicia sua obra maior falando da mercadoria e afirmando que nos tornamos uma sociedade da mercadoria, que esta se tornou a mediadora da vida social. As relações pessoais são secundadas pelas relações de troca nas quais a mercadoria, através do dinheiro, outra mercadoria, assume o protagonismo social invertendo as relações sociais. Aqui reside a fetichização da mercadoria. E por quê?

Exatamente porque a mercadoria esconde o que a transformou em mercadoria – o trabalho, pois segundo ele: “Abstraindo do valor de uso dos corpos-mercadorias, resta nela uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho” (Marx, 2017, p. 116). Sendo assim, o capitalismo, em sua totalidade – produção, distribuição, troca, consumo, tem, em seu ponto inicial, um artífice, um trabalhador ou um operário e a sociedade da mercadoria não existe sem a sociedade do trabalho e esta não existe sem os trabalhadores. O trabalho é, portanto, o epicentro de uma grande engrenagem que tudo faz funcionar e são os trabalhadores que põem esse sistema em funcionamento. Logo, o trabalho é a chave metodológica da leitura, na análise marxiana, do modo de produção capitalista.

O trabalho, porém, carrega uma contradição. Em que pese ser a fonte de toda a

riqueza, não é valorizado, pois é no trabalho que se encontra o “segredo” que permite o capitalista lucrar para além do que efetivamente vale o preço da mercadoria. Isso porque é pelo trabalho que se produz mais-valia, ou seja, é no “roubo” do tempo de trabalho subtraído do trabalhador que o capitalista embolsa o seu lucro. Há, ainda, outra contradição constitutiva do trabalho no modo produtivo capitalista, denunciado por Marx, que é a de que no lugar de potência enriquecedora ou experiência humana da manifestação criadora este se torna o lugar de alienação, subjugação, subordinação, assujeitamento e anulação da subjetividade.

Note-se, porém, que o trabalho também produz relações sociais e, mais significativo, constitui as classes sociais pois:

É preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõe por meio da compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. (...) O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, os trabalhadores diretos em trabalhadores assalariados (Marx, 2017, p. 786).

Sendo assim, podemos constatar que, neste clássico, o trabalho abre a possibilidade de que, adquirindo consciência de sua condição assalariada, os trabalhadores possam se organizar como classe, entrar em conflito com os interesses do capital e lutar por sua emancipação. Além disto, é possível destacar que o trabalho se encontra no cerne da dialética metodológica marxiana, porque, revelador de contradições irreconciliáveis, anuncia-se como potência transformadora.

A partir da metodologia marxiana, o trabalho revela-se categoria central para compreender as transformações da sociedade contemporânea. Ao analisar o capitalismo industrial de sua época, Marx desvendou sua lógica interna por meio da teoria do valor-trabalho e do conceito de mais-valor, demonstrando que o valor das mercadorias se funda na exploração do trabalho. Evidenciou, ainda, a contradição constitutiva do sistema apontando que o trabalho, que poderia ser expressão criadora e afirmadora da subjetividade humana, converte-se em espaço de alienação e subjugação, tornando inconciliáveis os interesses do capital e do trabalho.

Ao investigar o desenvolvimento das forças produtivas e o impacto da maquinaria, Marx mostrou que as transformações técnicas alteram a base material do capitalismo, reorganizam o modo de produção, aprofundam a divisão do trabalho e redefinem as relações sociais. A evolução tecnológica não produz apenas mercadorias, mas também novas formas de sociabilidade.

Aplicada ao presente, essa perspectiva permite compreender que as revoluções

tecnológicas recentes estão desestruturando a sociedade industrial-salarial. Os ganhos de produtividade do novo ciclo de acumulação são apropriados majoritariamente pelo capital financeiro, enquanto a automação elimina postos de trabalho e enfraquece a mediação social antes garantida pelo assalariamento. Desta forma, intensificam-se a flexibilização de direitos, a precarização das condições laborais e a difusão da ideologia do empreendedorismo cuja expressão mais evidente é a uberização do trabalho, marcada pela ausência de garantias e pela individualização dos riscos.

Sendo assim, compreender a sociedade do trabalho hoje exige, portanto, dissecar as transformações das forças produtivas e suas implicações para a dinâmica do capitalismo contemporâneo e a plataformização das relações de trabalho. A atualidade de Marx está na potência crítica de seu método para revelar as contradições do presente e fundamentar a resistência e a luta por dignidade no mundo do trabalho.

Vejam agora como a reflexão sobre o trabalho e a análise social emergem na obra de outro clássico da sociologia.

O trabalho no método durkheimiano: divisão, solidariedade e coesão social

O trabalho, particularmente a categoria “divisão do trabalho”, ocupa um importante lugar no método durkheimiano e, desde logo, é importante registrar que Durkheim vê a sociologia como uma ciência a qual atribui a função de contribuir para o bom funcionamento da sociedade³.

Lembremos que o sociólogo francês elevou a sociologia ao *status* de ciência e considera que esta deve, para além da interpretação social, contribuir para resolver os problemas que identifica, pois como afirma no prefácio *Da Divisão do Trabalho Social*: “Estudar a realidade não resulta que renunciemos a melhorá-la. (...) Se separamos com cuidado os problemas teóricos dos problemas práticos, não é por desprezar estes últimos; ao contrário, é para colocarmos em condição de melhor resolvê-los” (Durkheim, 2019, p. XLV).

Este clássico manifesta reiteradamente a pretensão de colaborar para a resolução dos problemas da sociedade que analisava. E mais do que isso, via-se na tarefa de constituir uma ‘ciência moral’, não na perspectiva de estabelecer regras de conduta, mas como um possível método de compreensão dos valores morais que sustentam a convivência em uma sociedade complexa como a sociedade moderna (Weiss, 2010). É nesse contexto do seu projeto teórico, de colaborar com o satisfatório e adequando funcio-

3 Neste sentido, Steven Luken afirma que a função do sociólogo em Durkheim fundamenta-se “essencialmente em duas exigências: a da objetividade no trabalho científico e a da utilidade pública que os resultados desse trabalho devem ter” (Luken, 2005, p. 102).

namento da sociedade, que a categoria trabalho emerge em sua obra e embora não possua a centralidade que observamos na obra Marx ocupa, sem dúvida, um lugar de relevância em sua teoria social e um recurso metodológico com potencial explicativo da modernidade.

Neste sentido, o trabalho e, particularmente a divisão do trabalho, na hipótese durkheimiana fornece as bases para a solidariedade e a coesão social numa sociedade urbana, industrializada e tensionada pelo crescente adensamento populacional pois: “a divisão do trabalho (...) é e se torna cada vez mais uma das bases fundamentais da ordem social” (Durkheim, 2019, p. 4).

Desde logo é preciso deixar claro o que o autor compreende por “divisão do trabalho”, pois não se trata da divisão do trabalho no processo de produção, na perspectiva fabril como sugeriam Adam Smith e, sobretudo, Marx. Em Durkheim, o conceito de “divisão do trabalho social” diz respeito não apenas ao mundo da economia, mas à crescente especialização de diferentes segmentos sociais, incorporando as diferentes áreas ou dimensões da vida social, como as instituições políticas, administrativas, as áreas da saúde, educação e a cultura, dentre outras. Cada uma dessas áreas assume vida própria, porém, interagem entre si. Assim, ele remete costumeiramente a divisão do trabalho ao funcionamento análogo ao do corpo humano com seus diferentes sistemas em que as partes dão vida ao todo e o todo depende do bom funcionamento das partes (Durkheim, 2019).

Além disto, vale observar que este clássico foi fortemente influenciado pelo positivismo e por autores como Condorcet⁴, Saint-Simon⁵ e Auguste Comte⁶ que influenciam, de distintos modos, a construção da teoria social durkheimiana. O positivismo parte de algumas premissas que apontam que, segundo Löwy (1987), no esquema positivista⁷ a sociedade é regida por leis naturais, pode ser estudada pelos mesmos métodos e processos empregados pelas ciências da natureza e, mais importante, deve-se limitar

4 Marquês de Condorcet (1743-1794), filósofo, matemático e político francês. Considerado um importante pensador iluminista é reconhecido por suas contribuições ao pensamento social fundado nas ideias de justiça, liberdade e igualdade. Esposava a ideia de que as ciências levariam a evolução da sociedade na superação de seus problemas.

5 Saint-Simon, na verdade, Claude-Henri Rouvroy (1760-1825). Na teoria *sansimoniana* de “sistema industrial”, o trabalho ocupa lugar central. É pelo trabalho e através dele que a sociedade pode evoluir para o seu melhor estágio civilizatório. Em Saint-Simon o trabalho desempenha não apenas função normativa, mas é a base de constituição da harmonia social.

6 Auguste Comte (1798-1857), filósofo francês, criador do conceito sociologia. É considerado formulador do que ficou conhecido como positivismo. A ideia de que os fenômenos sociais podem ser estudados com métodos similares aos das ciências naturais. Comte considerava que a ciência levaria a humanidade a um progresso linear que contribuiria para o seu bom funcionamento.

7 O positivismo é, hoje, reconhecidamente uma corrente de pensamento conservadora. À sua época, entretanto, destaca Löwy a respeito do cientificismo positivista era “um instrumento de luta contra o obscurantismo clerical, as doutrinas teológicas, os argumentos de autoridade, os axiomas *a priori* da Igreja, os dogmas imutáveis da doutrina social e política feudal” (Löwy, 1987, p. 19-20).

à observação e à explicação causal dos fenômenos de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias. Logo, o positivismo tem a pretensão de reproduzir o modelo de análise das leis naturais aos fenômenos humanos e Durkheim, absorve esta ideia, pois:

O discurso de Durkheim passa sem hesitação das leis da seleção natural às 'leis naturais' da sociedade, e dos organismos vivos aos 'organismos' sociais. Essa surpreendente versatilidade da *démarche* apoia-se numa pressuposição essencial: a homogeneidade epistemológica dos diferentes domínios e, por consequência, das ciências que os tomam como objeto (Lowy, 1987, p. 29).

À influência do positivismo em Durkheim soma-se também o “evolucionismo” de Spencer⁸ e sua transposição das leis naturais de corte darwinista para a interpretação da sociedade e a normatização no desenvolvimento destas no plano social.

É dessa premissa, portanto, de interpretação do social a partir das leis naturais originárias do positivismo e do evolucionismo que o autor sugere, em *As regras do método sociológico*, que se deve considerar os fatos sociais como coisas. Tratar o fato social como coisa significa “separar” o sujeito do objeto e aceitar que a “verdade” está no objeto (coisa) e não no sujeito.

Assim, agimos, segundo ele, condicionadamente pela sociedade a partir de três características: a coercitividade, que se trata de um “fato” imposto pela sociedade sem o consentimento prévio do indivíduo (por exemplo, a influência das instituições); a exterioridade, em que o “fato” é preexistente ao indivíduo (por exemplo, as regras, as leis, os costumes) e a generalidade, em que um “fato” que se faz presente em distintas sociedades e caracteriza-se por “permanente”. Então, um fato social é o que se encontra generalizado na sociedade, desempenha alguma função importante para a adaptação ou evolução da sociedade e é garantia de normalidade na medida em que representa o consenso social, a vontade coletiva. Deste modo, o método durkheimiano parte da premissa de que a sociedade não apenas é superior ao indivíduo como é determinante para moldar o seu comportamento.

É a partir desta perspectiva que ele sugere que a sociedade é um organismo vivo, como um corpo humano que é composto por subsistemas e que o todo e a parte interagem para o seu bom funcionamento. O todo não existe sem as partes, mas as partes dependem do todo para funcionar e, ainda mais importante, o todo tem prevalência sobre as partes, porque é dele que emana a normatização da funcionalidade. É por isso

8 Herbert Spencer (1820–1903), filósofo, sociólogo e biólogo britânico. Reconhecido pela formulação do conceito de “evolucionismo social” similar ao evolucionismo biológico de Darwin. Defendia a ideia de que o critério para “medir” a evolução de uma nação é resultante do seu nível de progresso, de desenvolvimento. Associado ao pensamento do liberalismo clássico, posteriormente foi criticado por seu pensamento estar associado ao etnocentrismo.

que, para este clássico, a sociedade sempre tem a prevalência sobre o indivíduo.

Sendo assim, podemos apontar que é aqui que emerge a “divisão do trabalho” como um sistema que, ao mesmo tempo, é subsistema pois a divisão do trabalho é o que permite a boa funcionalidade do todo (sistema) e das partes (subsistemas). Neste sentido, a divisão do trabalho é a forma, por excelência, de fazer funcionar a sociedade e ela se relaciona, sobretudo, à racionalidade econômica, mas não apenas isso, ela incorpora, também, a especialização (as partes, os subsistemas) de outras áreas, como já mencionamos.

Desta forma, na divisão do trabalho há lugar para todos⁹ e quanto maior for a especialização menos conflito produz, pois:

A divisão do trabalho é, pois, um resultado da luta pela vida, mas é um seu desenlace atenuado. De fato, graças a ela, os rivais não são obrigados a se eliminarem mutuamente, mas podem coexistir uns ao lado dos outros. Por isso, à medida que se desenvolve, ela fornece a um maior número de indivíduos que, em sociedades mais homogêneas, seriam condenados a desaparecer, os meios para se manterem e sobreviverem (Durkheim, 2019, p. 268).

O importante disto é que a divisão do trabalho é mais do que mera sobrevivência, mais do que apenas relações produtivas pois ela estabelece vínculos morais. Nisto reside uma das principais teses deste clássico, a de que a divisão do trabalho cimenta relações sociais em comum porque é sustentada por uma base moral, pois:

Vê-se o quanto a divisão do trabalho nos aparece sob um aspecto diferente do que se mostra aos economistas. Para eles, ela consiste essencialmente em produzir mais. Para nós, essa maior produtividade é apenas uma consequência necessária, um reflexo do fenômeno. Se nos especializamos, não é para produzir mais, e sim para podermos viver nas novas condições de existência que nos são criados (Durkheim, 2019, p. 274).

Desta forma, a crítica aos economistas clássicos deve-se, segundo Durkheim, ao fato de que eles reduzem a divisão do trabalho à esfera econômico-produtiva, esquecendo que a divisão do trabalho antecede ao determinismo econômico e precede a sociedade econômica, pois, segundo ele: “a divisão do trabalho só pode produzir-se no seio de uma sociedade preexistente (...) e é necessário que exista entre eles vínculos morais” (Durkheim, 2019, p. 276). Assim, “os contratos só são possíveis onde já existe uma regulamentação jurídica e, por conseguinte, uma sociedade” e conclui afirmando que “os serviços econômicos que ela pode prestar [divisão do trabalho] são pouca coisa em comparação com o efeito moral que ela produz, e sua verdadeira função é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade” (Durkheim, 2019, p. 21).

Diante disto, podemos apontar que, para ele, a divisão do trabalho desempenha função

9 Neste sentido, afirma que: “Numa mesma cidade, as profissões diferentes podem coexistir sem serem obrigadas a se prejudicar reciprocamente, porque elas perseguem objetivos diferentes. O soldado busca a glória militar, o padre, a autoridade moral, o estadista, o poder, o industrial, a riqueza, o cientista, o renome científico; logo, cada um pode alcançar seu objetivo sem impedir os outros de alcançar o deles” (Durkheim, 2019, p. 264).

determinante no fortalecimento da coesão social e, conseqüentemente, no bom funcionamento da sociedade. Além disto, é derivativo dessa concepção que se atribui a Durkheim o “método funcionalista” que indica, em linhas gerais, que assim como o corpo humano necessita, para funcionar adequadamente, de seus subsistemas – cardiovascular, respiratório, digestivo, etc. – a sociedade também, para funcionar adequadamente, precisa de seus subsistemas. É aqui que a divisão do trabalho desempenha função normativa da maior importância, não apenas em função de sua racionalidade econômica, mas, sobretudo, em função de que a divisão do trabalho comporta aquilo que produz solidariedade e que subjacente a ela é intrínseca uma moral de adesão social.

Passado mais de um século da obra de Durkheim questiona-se se o projeto de sociedade baseado na divisão do trabalho como fundamento da solidariedade e da coesão social teria se concretizado. A intensificação da anomia, expressa na precarização, desregulamentação e individualização das relações de trabalho, indica o enfraquecimento das condições normativas que, para o autor, permitiriam ao trabalho cumprir sua função integradora e moral.

As transformações no padrão produtivo –marcadas pela Revolução Informacional e pela chamada Revolução 4.0 – a substituição de trabalhadores por tecnologias, a expansão de ocupações precárias e a concentração de postos qualificados em nichos restritos evidenciam a desestruturação da sociedade salarial. Soma-se a isso a supremacia do capital financeiro sobre o capital industrial, o rompimento com o compromisso fordista de geração de empregos e a crise do assalariamento como mecanismo de distribuição de renda e sustentação do *Welfare State*.

Embora exista interpretações relativamente otimistas, como a de Tiryakian (2005), predomina a percepção de que a atual configuração da divisão do trabalho representa uma involução em relação ao ideal durkheimiano. Diante desse cenário, impõe-se à sociologia o desafio de compreender as novas formas de organização do trabalho e de refletir sobre alternativas capazes de recompor bases de coesão social.

Vejamos agora como Weber desenvolve, a partir do trabalho, uma metodologia e uma teoria social para a compreensão da realidade social moderna.

O trabalho no método weberiano: capitalismo, racionalidade e modernidade

O tema do trabalho é muito importante na obra de Weber, embora não se constitua no eixo fundamental desta que é a compreensão daquilo que é específico ao racionalismo ocidental e como ele se manifesta no capitalismo. De toda forma, é na busca da compreensão das origens do racionalismo da sociedade ocidental que a categoria trabalho assume relevância e em uma de suas análises, “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, o trabalho ganha corpo como o *mécanisme* que dá sentido à ação racional e relaciona-se ao método weberiano de análise social.

Antes, porém, de adentrarmos tal método faz-se necessário destacar que a abordagem ao tema do trabalho no pensamento weberiano não se resume à obra mencionada. Há outras pesquisas, outros estudos e escritos em que o autor tem no trabalho o objeto de sua investigação social, como o estudo intitulado “A situação dos trabalhadores rurais na Alemanha a leste do Elba”¹⁰ no qual descreve as condições de vida dos camponeses dessa região e a sua crescente proletarização e a “Psicofísica do Trabalho Industrial”¹¹.

Nesse estudo, o objeto de análise são as condições de trabalho de operários numa indústria têxtil. Nele, Weber empreende uma pesquisa em que analisa o modo de produção no chão de fábrica, as ferramentas e os equipamentos utilizados, a distribuição de trabalho por gênero, a jornada de trabalho e a análise da remuneração salarial, dentre outros elementos, desenvolvendo uma análise inovadora que incorpora diferentes áreas do conhecimento, como a fisiologia e a psicologia.

Neste sentido, o objetivo delineado pelo autor é de que: “(1) tornar compreensíveis as dificuldades responsáveis pelo fato de que, até agora, praticamente não ocorreu uma colaboração entre as diferentes disciplinas ‘em princípio’ possível e (2) perguntar em que sentido e em que medida tal colaboração talvez venha a ser possível no futuro” (Weber, 2009, p. 11). A referida pesquisa é pioneira nos estudos de ergonomia e psicopatologia no trabalho e até mesmo precursora das análises do taylorismo-fordismo.

O tema do trabalho aparece também no seu texto “Relações agrárias na Antiguidade”, que passou por três edições (1897, 1898 e 1909) e de acordo com Mata (2011) se constitui num verbete escrito para o *Handwörterbuch der Staatswissenschaften* (Dicionário das Ciências do Estado), a convite de Johannes Conrad, membro da Associação para a Política Social da Alemanha. Nesse texto, Weber aborda o lugar do trabalho escravo no sistema capitalista da antiguidade, indicando uma perspectiva de que a Idade Antiga, assim como a Idade Média, tiveram a sua versão específica de capitalismo.

O conteúdo do trabalho foi objeto também de suas aulas no período em que lecionou nas universidades alemãs, como aponta a pesquisadora Aldenhoff-Hübinger (2012). Neste sentido, Weber ministrou cursos nas Universidades de Freiburg e Heidelberg, no final do século XIX e começo do XX, que tratavam sobretudo da política agrária e da questão dos trabalhadores e entre os temas listados de suas aulas aparecem: “A

10 O estudo, publicado em 1892, integrava uma pesquisa mais ampla sobre a situação dos trabalhadores rurais no Império Alemão, coordenada pela *Verein für Sozialpolitik* (Associação para a Política Social), uma organização dedicada a estudos socioeconômicos e políticos da Alemanha. A publicação obteve grande repercussão pelas análises econômicas e pela metodologia empregada e rendeu a Weber a nomeação para professor de economia política na Universidade de Freiburg.

11 Esse estudo, publicado em 1908, também foi sugerido, como o anterior, pela *Verein für Sozialpolitik* (Associação para a Política Social) ao estimular pesquisadores que estudassem as condições de trabalhadores da indústria alemã.

questão dos trabalhadores no campo e na cidade na Alemanha” e “A questão e o movimento de trabalhadores”. Além disto, também discorria sobre os movimentos dos trabalhadores e conheceu os textos de Marx, concordando com ele em algumas análises e contestando-o em outras.

A partir disto, podemos retornar ao método weberiano e sua articulação com o trabalho. Como se sabe, em Weber a sociologia é uma ciência compreensiva da ação social e a compreensão implica na captação do sentido que o ator dá ao seu comportamento. Em sua obra póstuma, “Economia e Sociedade”, o autor define a sociologia como “uma ciência que pretende compreender e interpretar a ação social para dessa maneira explicá-la em seu desenvolvimento e consequências” (Weber, 1969, p. 5). Por “ação” compreende “um comportamento no qual o sujeito ou sujeitos da ação dão a ela um sentido subjetivo” (idem). Neste sentido, Sell comenta que:

O objeto de estudo da sociologia é a ação social (...) É na ação dos indivíduos, quando orientada em relação a outros indivíduos (portanto, quando ela é social) que a sociologia tem o seu ponto de partida (...) É sempre a partir do sujeito que Weber pretende fundar a explicação dos fenômenos sociais (Sell, 2009, p. 118).

Depreende-se, portanto, que na sociologia weberiana “o ponto de partida da explicação sociológica reside no indivíduo” (Sell, 2009, p. 116) ou como aponta Cohn:

O ponto de partida da análise sociológica só pode ser dado pela ação de indivíduos e que ela é ‘individualista’ quanto ao método. Isso é inteiramente coerente com a posição sempre sustentada por ele, de que no estudo dos fenômenos sociais não se pode presumir a existência já dada de estruturas sociais dotadas de um sentido intrínseco; vale dizer, em termos sociológicos, de um sentido independente daqueles que os indivíduos imprimem às suas ações (Cohn, 1989, p. 26).

Contrariamente a Durkheim, em que o objeto de estudos para a compreensão social é a sociedade, para Weber é a partir do indivíduo que se compreende o que se processa na sociedade e é em função dessa premissa que se conceitua o método da sociologia weberiana como “método compreensivo”, pois segundo ele:

A Sociologia interpretativa considera o indivíduo [*Einzeln-individuum*] e seu ato como a unidade básica, como seu ‘átomo’ — se nos permitirem pelo menos uma vez a comparação discutível. Nessa abordagem, o indivíduo é também o limite superior e o único portador de conduta significativa... Em geral, para a Sociologia, conceitos como ‘Estado’, ‘associação’, ‘feudalismo’ e outros semelhantes designam certas categorias de interação humana. Daí ser tarefa da Sociologia reduzir esses conceitos à ação ‘compreensível’, isto é, sem exceção, aos atos dos indivíduos participantes (Weber, 1979, p. 74).

Nesse sentido, a epistemologia weberiana se opõe aos positivistas, que consideram que as ciências sociais devem adotar o mesmo método das ciências naturais para a

compreensão do objeto de estudo e na definição do seu método e na síntese elaborada por Sell (2009) é preciso observar que Weber dialoga com pensadores como Dilthey¹², Windelbaud¹³ e Rickert¹⁴, dentre outros.

Vale ressaltar que, para Dilthey, as ciências sociais são diferentes das ciências naturais, porque os objetos de estudos são distintos, pois ao passo que as ciências naturais estudam a natureza, as ciências sociais têm como substrato de estudos a sociedade e a sua cultura e, nesse estudo, a pessoa humana é ao mesmo tempo o objeto e o sujeito da ação; em Windelbaud, as ciências naturais partem de pressupostos gerais e as ciências sociais das singularidades dos fenômenos; por sua vez, Rickert destaca outra distinção entre ciências naturais e ciências sociais, já que a última trata de abordar conteúdos relacionados a “valores”, o que não ocorre nas ciências naturais.

Weber, de acordo com Sell (2009), fica num meio termo, ou seja, não aceita o postulado positivista e, por outro lado, critica a separação excessiva entre ciências sociais e ciências naturais, pois considera que o “uso de leis científicas” para interpretar a realidade pode ser útil para as ciências sociais, para não se cair num mero subjetivismo (explicação causal e compreensão podem ser complementares). Para ele, o cientista deve saber integrar os dois métodos: individualizantes e generalizantes em suas pesquisas.

Neste sentido, a forma como este clássico aborda seus estudos sobre o capitalismo é uma boa mostra do método weberiano, pois como destaca Sell:

Ao pesquisar a origem deste espírito [do capitalismo], Weber vai utilizar do método generalizante o princípio da causalidade (método explicativo ou naturalista) que busca estabelecer relações entre os fenômenos (...). Nas pesquisas sobre o capitalismo, voltando ao nosso exemplo, Weber se pergunta de que forma as ideias e o modo de vida dos protestantes (moral protestante) podem ser relacionados com a origem das formas de conduta capitalista (Sell, 2009, p. 113).

Deste modo, no centro deste método de interpretação social encontra-se a “ação social”, ou seja, a busca pela compreensão do comportamento humano que o leva a agir de determinada forma e é na ação dos indivíduos, individual e coletivamente, que se encontram as explicações dos fenômenos sociais, pois:

- 12 Wilhelm Christian Ludwig Dilthey (1833-1911) afirma que as “ciências do espírito”, análogo hoje ao que denominamos de ciências sociais ou ciências humanas, tratam-se de ciências abertas na interpretação dos acontecimentos, ao passo que é constitutivo às ciências naturais e seu método as explicações “fechadas” dos fatos.
- 13 Wilhelm Windelband (1848-1915) se opõe aos positivistas, que sugerem a transposição do método das ciências naturais de interpretação dos fatos para as áreas das humanas. Em vez da aplicação do método de forma acrítica, sugere um diálogo entre as ciências e não mera apropriação.
- 14 Heinrich John Rickert (1863-1936) partindo da mesma perspectiva dos autores citados anteriormente, considera que as ciências naturais e o seu método de interpretação dos fenômenos não podem ser aplicados diretamente aos fenômenos sociais.

A tarefa da pesquisa sociológica consiste em determinar qual o 'sentido' ou 'significado' da ação (...) para a sociologia, importa recuperar a razão e a finalidade que os próprios indivíduos conferem às suas atividades – bem como às suas relações com os demais indivíduos (...) É por isso que a teoria sociológica de Weber é chamada de 'metodologia compreensiva': seu objetivo é compreender (*Verstehen*) o significado da ação social (Sell, 2009, p. 118).

Sendo assim, chegamos ao lugar do trabalho no método weberiano e, como já dissemos, é possível destacar que Weber incorpora o trabalho em suas análises porque enxerga nele forma e conteúdo que fornecem as bases para a racionalidade do capitalismo ocidental.

O trabalho organizado racionalmente (a especialização do trabalho), com acentuada disciplinaridade, como aceitação da subordinação que se requer, como prova emblemática do caráter que se deseja imprimir à vida própria e ao olhar dos outros, como definidor da identidade individual e como atividade pecuniária, imprimiu ao capitalismo uma legitimação que ele jamais poderia conseguir apenas a partir das relações de poder. Diante disto, constata-se que são os indivíduos, antes de tudo, que interiorizam e aceitam a sua condição social.

O trabalho é carregado de uma moral que dá sustentação e legitimidade ao *modus operandi* do sistema capitalista e foi Weber quem percebeu isso ao afirmar que a religião, particularmente, a Reforma Protestante¹⁵, forneceu ao capitalismo uma base ética. Esta tese, por demais conhecida, é descrita pelo autor com o seguinte enunciado:

A valoração religiosa do trabalho mundano diligente, pertinaz, sistemático, enquanto meio ascético simplesmente mais elevado e ao mesmo tempo como comprovação mais certa e visível do ser humano regenerado e da sua autenticidade de fé, há de ter sido a alavanca mais forte do que se pode conceber para a expansão daquela concepção de vida que chamamos aqui de 'espírito' do capitalismo (Weber, 2020, p. 154).

Assim, o protestantismo e a sua concepção de viver o trabalho como vocação intramundana para a obtenção da salvação serviu como uma luva ao capitalismo. A doutrina protestante é pródiga na exigência de determinado *ethos* de vida, pois o que se exige "são virtudes como honestidade, disciplina, pontualidade, poupança, justiça e perspicácia" (Schluchter, 2014, p. 107). Foi esse tipo de trabalho realizado de forma tenaz, infatigável, disciplinado, acerbo e como refreamento às tentações desviantes do servir a Deus que deu ao capitalismo o que ele precisava, ou seja, uma mão de obra servil e vigorosa e, ainda mais, forneceu racionalidade ao agir humano porque desencantou o

15 A Reforma Protestante tem com marco simbólico o gesto inaugural de Martinho Lutero e a afixação de suas 95 teses na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg (Alemanha) - fato não comprovado. O gesto inaugura simbolicamente a Reforma Protestante. Mais do que uma contestação teológica doutrinária ao papado católico, a Reforma desencadeia consequências que terão significativas inflexões no mundo da política e da economia. O evento é compreendido como um dos marcos históricos da transição da Idade Média para a Modernidade.

homem do mundo prendendo-o, porém, à “jaula de ferro”¹⁶.

Desta forma, a demonstração da especificidade dessa “ação social”, dessa “ação individual” concernente ao trabalho, incorporado à normatividade da conduta social emprestou lógica à estrutura social do capitalismo. É dessa forma que a categoria trabalho se insere na metodologia weberiana, ocupando um lugar determinante na estrutura social e para a compreensão da racionalidade que se fundou no ocidente.

Vale observar que, a partir de Weber, o trabalho foi investido de sentido moral pela ética religiosa da Reforma que, ao promover o desencantamento do mundo, conferiu racionalidade intramundana à ação econômica e contribuiu para a formação do espírito do capitalismo (Schlutchter, 2014). Mesmo com o declínio da centralidade da religião, o trabalho manteve forte valoração social, alcançando seu auge no período fordista quando estruturava identidades, organizava o tempo de vida e fundamentava a integração social (Sennett, 1999). Nesse contexto, o espírito do capitalismo deixou de residir no indivíduo ascético e passou a se expressar na racionalidade institucional das organizações empresariais, estatais e sindicais que davam estabilidade e sentido coletivo à vida social (Boltanski e Chiapello, 2009).

A partir do final do século XX, porém, esse modelo entrou em crise com a reestruturação produtiva, a ascensão do neoliberalismo e a financeirização. A produção flexível substituiu o padrão fordista, o Estado reduziu sua função reguladora e o capital financeiro ganhou primazia (Harvey, 1992). O novo capitalismo exige flexibilidade, descentralização e mobilização da subjetividade do trabalhador. Criatividade, iniciativa, polivalência e engajamento tornam-se centrais, enquanto a responsabilidade pela inserção laboral é individualizada. O trabalho deixa de ser exterior ao trabalhador e passa a envolver integralmente sua personalidade e competências (Lazzarato; Negri, 2001).

Paralelamente, ocorre uma mudança cultural: a solidariedade fordista cede lugar à competitividade como norma social. Empregabilidade, empreendedorismo e meritocracia tornam-se valores dominantes, expressos, de forma emblemática, na uberização do trabalho (Dardot e Laval, 2016). Nesse cenário, emergem ainda formas religiosas, como o neopentecostalismo e a teologia da prosperidade, que parecem dialogar com a racionalidade neoliberal e recolocam uma questão central para a abordagem: quais crenças e valores sustentam hoje o espírito do capitalismo e legitimam suas novas formas de organização do trabalho?

16 A expressão é de Weber (2011, p. 165) e refere-se ao processo de racionalização da sociedade ocidental no qual o trabalho desempenha papel central. A expressão “jaula de ferro” é de Talcott Parsons, em sua tradução do alemão para o inglês. Michel Löwy (2014) fala em “jaula de aço”.

Considerações finais

Este artigo buscou discutir como o trabalho se configura como categoria estruturante da teoria social clássica e se expressa nos métodos de investigação elaborados pelos clássicos da sociologia (Marx, Durkheim e Weber). Estes autores foram testemunhas do amadurecimento do capitalismo a partir da Revolução Industrial, que promoveu profundas transformações socioeconômicas, políticas e culturais. Eles perceberam que a consolidação desse novo sistema desmontava, em larga escala, os modos de vida anteriormente conhecidos, dando lugar a novas formas de organização social e experiências humanas. É justamente na tentativa de compreender e interpretar essas “novas realidades” que os autores desenvolveram seus estudos e escreveram suas obras.

No método marxiano, o materialismo histórico-dialético, o trabalho revela as bases materiais da sociabilidade e as contradições que atravessam a sociedade capitalista, abrindo horizonte para sua crítica e superação. No funcionalismo durkheimiano, ele se insere na dinâmica da divisão social como fundamento da solidariedade e da coesão moral que sustentam a ordem moderna. Já na sociologia compreensiva weberiana, o trabalho é interpretado como elemento constitutivo do ethos e da racionalidade que estruturam o capitalismo ocidental.

Apesar das diferenças teóricas e metodológicas constata-se que, para estes autores, o método e o objeto permanecem indissociáveis: a construção de instrumentos analíticos está diretamente relacionada à tentativa de compreender as formas históricas assumidas pelo trabalho e suas implicações na organização da vida social. Assim, o trabalho não é apenas tema de investigação, mas uma chave interpretativa da modernidade, reafirmando sua centralidade para a análise e para a própria constituição da teoria social clássica.

Diante disto, reiteramos que as matrizes metodológicas desses autores permanecem como ferramentas hermenêuticas fundamentais para a compreensão das disrupções contemporâneas. Diante da Revolução Tecnológica e da precarização que caracteriza o mundo do trabalho na atualidade, com fenômenos e práticas que remetem à degradação do trabalho nos primórdios da era industrial, a literatura clássica oferece inúmeros elementos para interpretar a importância ontológica e material do trabalho na vida humana e suas metamorfoses. Desta forma, não é gratuito que nas ciências sociais derivou-se um ramo específico, a sociologia do trabalho, em que é obrigatória o conhecimento das perspectivas marxiana, durkheimiana e weberiana para quem deseja compreender a realidade social contemporânea.

Em suma, o trabalho se constitui numa categoria fundamental para a metodologia e a análise social dos clássicos da sociologia e nos permite compreender as diversas

dimensões e as transformações, passadas e presentes, das relações humanas e sociais, indicando que seu potencial explicativo ainda pode ser aprofundado.

Referências

- ALDENHOFF-HÜBINGER, Rita. Os cursos de Max Weber: economia política, política agrária e questão dos trabalhadores (1894-1900). *Tempo Social*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 19-35, 2012.
- BOLTANSKY, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COHN, Gabriel. *Max Weber*. São Paulo: Ática, 1989.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOMINGUES, José Maurício. *Political modernity and social theory: origins, development and alternatives*. Londres; Nova York: Routledge, 2024.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2020.
- GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e teoria social moderna: uma análise dos escritos de Marx, Durkheim e Max Weber*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- LUKES, Steven. Uma leitura atual de Durkheim. In: COHN, Gabriel (org.). *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Azougue, 2005.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. *O desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. São Paulo: Record, 1999.
- SWEDBERG, Richard. *Max Weber and the idea of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- TIRYAKIAN, A. Edward. O trabalho em Émile Durkheim. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (orgs.). *O tra-*

balho na história do pensamento ocidental. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 215-233.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 2020.

WEBER, Max. *Economía y sociedad*. v. 1-2. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

WEBER, Max. *Psicofísica do trabalho industrial*. São Paulo: FGV-EAESP, 2009. (Série Ciências Sociais na Administração).

WEISS, Raquel Andrade. *Émile Durkheim e a fundamentação social da moralidade*. 2010. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Sobre os autores

Cesar Sanson - Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenador do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais (LABEPECS) e do Grupo de Estudos sobre Trabalho, Estado e Sociedade (GETES).

Marcos Antonio da Silva - Doutor em Estudos sobre a Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).